



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

TERMO DE REFERÊNCIA

1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO: O Município de São José do Vale do Rio Preto, através da Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação, coordena e executa a Política Municipal de Assistência Social, segundo os princípios e diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS nº 8742 de 7 de dezembro de 1993, garantindo o atendimento das necessidades básicas, por um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e participação da sociedade. Dentre os Benefícios e Serviços que esta política garante, temos o Serviço prestado pelo CREAS objetivando a minimização dos prejuízos afetivo-emocionais advindos de diversas problemáticas, como por exemplo, exploração e abuso sexual a crianças, jovens e idosos vulneráveis, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, mulheres em situação de violência doméstica, idosos em vulnerabilidade, dentre outros eventos ligados ao trabalho do CREAS, tais ações fazem parte do planejamento de atividades do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI);

2. DESCRIÇÃO TÉCNICA DO OBJETO E ORÇAMENTO ESTIMADO:

2.1. Do Objeto: O presente tem como objetivo estabelecer as diretrizes para a *Contratação de um Micro Empresário Individual especializado na prestação de serviço de Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimento de qualquer natureza - com formação mínima de Ensino Médio, para atender as necessidades da Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação.*

O serviço que constitui o objeto deste chamamento Público e futuro Contrato deverão ser executados em conformidade com as especificações técnicas e demais elementos constantes no Anexo I e dos demais Anexos deste Edital

2.2. Descrição técnica e valor **total do lote** são os constantes do quadro abaixo:

Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unit.	Valor Total
Contratação de Instrutor (MEI) para execução do Projeto contido no Anexo I	<i>Mês/40horas semanais</i>	3	<i>R\$1.155,88</i>	<i>R\$ 3.467,64</i>

2.3. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

2.3.1. Prestação de Serviço de um Educador Social para ministrar as atividades sobre temas transversais, conforme Projeto em anexo, para atender ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI);



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Constituir-se-ão obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e dele decorrentes:

- a) Executar o objeto contratado com elevada qualidade e no prazo estipulado.
- b) Realizar com seus próprios recursos todas as obrigações relacionadas com o objeto deste contrato, de acordo com as especificações determinadas neste, assumindo a responsabilidade técnica pela execução dos mesmos.
- c) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- d) Cumprir a Legislação Federal, Estadual e Municipal pertinente, bem como se responsabilizar pelos danos e encargos de qualquer espécie decorrentes de ações ou omissões, culposas ou dolosas, que praticar.
- e) Pagar e recolher todos os impostos e demais encargos fiscais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais, prêmios de seguro e de acidente de trabalho, que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação.
- f) Apresentar ao CONTRATANTE quando solicitadas todas as informações técnicas e administrativas necessárias à execução dos serviços.
- g) A CONTRATADA, deverá conhecer detalhadamente os serviços a serem executados e cumprir todas as cláusulas do contrato.
- h) Fornecer equipamentos e pessoal necessário para execução dos serviços e mão de obra.

3.2. Todos os serviços executados a mais e por comprovada negligência ou imperícia por parte da empresa **CONTRATADA**, não estarão sujeitos em hipótese alguma ao pagamento por parte da **CONTRATANTE**;

4. DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

4.1. A execução do Projeto deverá ter início em 01 de outubro de 2021.

4.2. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos e encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do serviço prestado.

4.3. Os serviços deverão ser prestados no Município de São José do Vale do Rio Preto/RJ, sendo de responsabilidade do contratado a subcontratação.

5.0 CONTROLE DA EXECUÇÃO

5.1 A fiscalização da contratação será exercida por Núbia Alves Teixeira Diniz coordenadora do Centro de Referência Especializado em Assistência Social, equipamento da Secretaria da Família, Ação Social,



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

Cidadania e Habitação, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

5.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

6. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 Além das sanções previstas no capítulo IV da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes, a DETENTORA estará sujeita às penalidades a seguir discriminadas, assegurado ao detentor o direito do contraditório e da ampla defesa:

6.1.1 Pela recusa em assinar o presente contrato, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado;

6.1.2 Pela recusa em retirar nota de empenho ou assinar o contrato de fornecimento (quando exigível este), multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato;

6.1.3 Pelo retardamento na realização dos serviços, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 10º dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato, com as consequências daí advindas;

6.1.4 Pela inexecução parcial, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente à parcela dos serviços não realizados ou realizados em desacordo com as especificações técnicas;

6.1.5 Pelo cancelamento do presente contrato por culpa da CONTRATADA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do fornecimento estimado;

6.1.6 Suspensão temporária do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a cinco anos;

6.1.7- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.2 As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras;

6.3 O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada, sendo possível, a critério da Administração, o desconto das respectivas importâncias do valor



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

eventualmente devido. Não havendo pagamento pela empresa, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando-se ao competente processo executivo;

6.3.1 O não pagamento de multas no prazo previsto ensejará a inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a DETENTORA ao processo judicial de execução;

7. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA ALABORAÇÃO

Carimbo/Assinatura

8. ASSINATURA DO GESTOR DO FMAS

Autorizo a despesa observando as normas legais.

São José do Vale do Rio Preto/RJ, ____ de ____ de ____.

Carimbo/Assinatura

9. ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELAS COTAÇÕES

Carimbo/Assinatura

10. ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE

16.1 Aprovo o presente Termo de Referência e autorizo a realização do Chamamento Público;

São José do Vale do Rio Preto/RJ, ____ de ____ de ____.

Carimbo/Assinatura



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

ANEXO I

INTRODUÇÃO

A Secretaria da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação, através do CREAS (Centro de Referência Especializado da Assistência Social) irá ofertar ao público-alvo um serviço de acolhimento, atendimento e resolução de demandas identificadas pela Equipe Técnica, serviço esse regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), reordenado em 2013 por meio da Resolução CNAS nº 01/2013.

JUSTIFICATIVA

As principais ações/atividades que constituem o trabalho social essencial ao serviço, e que devem ser realizadas pelos profissionais do CREAS são: acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; monitoramento e avaliação do serviço; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; orientação sócio familiar; atendimento psicossocial; orientação jurídico-social; referência e contra referência; informação, comunicação e defesa de direitos; apoio à família na sua função protetiva; acesso à documentação pessoal; mobilização, identificação da família extensa ou ampliada; articulação da rede de serviços Sócioassistenciais; articulação com os serviços de outras políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização para o exercício da cidadania; trabalho interdisciplinar; elaboração de relatórios e/ou prontuários; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; dentre outros.

A oferta de serviços especializados pelo CREAS se fundamenta nas seguintes normativas:

- ❖ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- ❖ Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, 1993;
- ❖ Política Nacional de Assistência Social – PNAS, 2004;
- ❖ Norma Operacional Básica – NOB/SUAS, 2005;
- ❖ Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, 2006;
- ❖ Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), 2009;
- ❖ Tipificação Nacional de Serviços Sócio assistenciais, 2009;
- ❖ Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010.

III – Objetivo Geral:

Atender famílias e/ou indivíduos em situação de vulnerabilidade pessoal e/ou social, por violação de direitos, em conformidade com as demandas identificadas no território.

IV - Objetivos específicos:

- ❖ Facilitar o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais
- ❖ Ao fortalecimento da função protetiva da família;
- ❖ A interrupção de padrões de relacionamentos familiares e comunitários com violação de direitos;
- ❖ A potencialização dos recursos para a superação da situação vivenciada e reconstrução de relacionamentos familiares, comunitários e com o contexto social, ou construção de novas referências, quando for o caso;
- ❖ O acesso das famílias e indivíduos a direitos Sócioassistenciais e à rede de proteção social;



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

- ❖ O exercício do protagonismo de sua história de vida e da participação social;
- ❖ A prevenção das situações de vulnerabilidade, por meio de programas e projetos que envolvam a sociedade.
- ❖ A prevenção de agravamentos e da institucionalização.

V – Identificação de cada serviço:

PAEFI:

É o Serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. O atendimento fundamenta-se no respeito à heterogeneidade, potencialidades, valores, crenças e identidades das famílias. O serviço articula-se com as atividades e atenções prestadas às famílias nos demais serviços Sócioassistenciais, nas diversas políticas públicas e com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos. Deve garantir atendimento sistemático, continuado e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços Sócioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e ampliar o acesso a direitos. Usuários: Famílias e indivíduos que vivenciam situação de risco social e pessoal, por violação de direitos, tais como:

- ❖ Violência física, psicológica e negligência;
- ❖ Violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- ❖ Cumprimento de medida socioeducativa de LA e PSC;
- ❖ Afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida de proteção;
- ❖ Indivíduos que vivenciaram situação de tráfico de pessoas;
- ❖ Situação de rua e mendicância;
- ❖ Abandono;
- ❖ Vivência de trabalho infantil;
- ❖ Discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- ❖ Outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/ submissões a situações que provoquem danos e agravos a sua condição de vida e os impeçam de usufruir da autonomia e bem estar;
- ❖ Descumprimento de condicionalidades do PBF e do PETI em decorrência de violação de direitos.

Atividades Essenciais:

- ❖ Entrevistas de acolhida e avaliação inicial;
- ❖ Atendimento psicossocial (individual, familiar e em grupo);
- ❖ Construção do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar;
- ❖ Orientação jurídico-social;
- ❖ Elaboração de relatórios técnicos sobre o acompanhamento realizado;
- ❖ Ações de mobilização e enfrentamento;
- ❖ Acompanhamento dos encaminhamentos;
- ❖ Visita domiciliar, quando necessário;
- ❖ Articulação com a rede.

Condições e Formas de Acesso:

Condições: Famílias e indivíduos que vivenciam situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

Formas: Por identificação e encaminhamento dos serviços de proteção e vigilância social; por encaminhamento de outros serviços Sócioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais, dos



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e do Sistema de Segurança Pública; por demanda espontânea.

PROGRAMA FAMÍLIA ACOLHEDORA

O Programa Família Acolhedora tem por finalidade organizar o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente do convívio familiar por determinação do Poder Judiciário em residências de famílias acolhedoras, previamente cadastradas, em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, seja aplicada outra medida protetiva, conforme determinação Judicial.

Atividades Essenciais:

- I- Promover o acolhimento familiar de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família de origem;
- II- Incentivar e promover os cuidados individualizados das crianças e adolescentes em ambiente familiar;
- III- Preservar os vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário;
- IV- Possibilitar a convivência comunitária e o acesso à rede de políticas públicas;
- V- Contribuir com a redução da violação de direitos, seus agravamentos ou reincidências;
- VI- Oferecer às crianças e adolescentes, através da família acolhedora, um ambiente favorável ao desenvolvimento físico e psíquico;
- VII- Favorecer a não institucionalização de crianças e adolescentes através de alternativas mais humanizadas;
- VIII- Acompanhar e avaliar as famílias de origem, identificando as possibilidades do retorno da criança ou do adolescente;
- IX- Preparar e acompanhar a família acolhedora até a cessação do acolhimento; e as crianças ou adolescentes acolhidos, para as diferentes possibilidades de inclusão.
- X- Proporcionar às famílias cadastradas suporte técnico, através de atendimento sistemático por equipe multidisciplinar, de forma a viabilizar a convivência harmoniosa e positiva com as crianças e adolescentes acolhidos; e suporte material, através de subsídio financeiro proporcional ao período da guarda.

PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE LIBERDADE ASSISTIDA (LA) E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC)

O Serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente, e aos seus familiares. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos (as) adolescentes e jovens. Usuários: Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente.

Atividades Essenciais:

- Elaboração do PIA (Plano Individual de Atendimento);
- Atendimento do Adolescente (individual e em grupo);
- Atendimento da Família, em articulação com o PAEFI;
- Acompanhamento da frequência escolar do adolescente;



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto

Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

- Elaboração e encaminhamento de relatórios sobre o acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (LA e PSC) ao Poder Judiciário e Ministério Público;
- Elaboração e encaminhamento de relatórios quantitativos ao órgão gestor sobre atendimentos realizados;
- Articulação com a rede.

Condições e formas de acesso:

Condições: Adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;

Formas: Encaminhamento da Vara da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente.

BUSCAS DE ALTERNATIVAS QUE PROPORCIONEM AOS JOVENS INSERÇÕES SOCIAIS

Através da capacitação profissional:

Contatos com instituições tais como: CIEE, FAETEC, SESI, SENAC, SESC, SENAR, visando à capacitação profissional e ao desenvolvimento intelectual, moral, pedagógico e social.

Atividades Essenciais:

Reuniões com os responsáveis pelos respectivos projetos.

Divulgação no Município do trabalho a ser desenvolvido.

SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL

O Serviço Especializado em Abordagem Social é ofertado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.

O Serviço deve buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços Sócioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos.

Usuários: Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos (as) e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.

Atividades Essenciais:

- conhecimento do território;
- informação, comunicação e defesa de direitos;
- escuta; orientação e encaminhamentos sobre/para a rede de serviços locais com resolutividade;
- articulação da rede de serviços Sócioassistenciais;
- articulação com os serviços de políticas públicas setoriais;
- articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- geoprocessamento e georeferenciamento de informações;
- elaboração de relatórios.

Condições e formas de acesso:

Condições: Famílias e/ou indivíduos que utilizam os espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

Formas: Por identificação da equipe do serviço.

SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, IDOSOS(AS) E SUAS FAMÍLIAS:

É o serviço para a oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos (as) com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia.

O serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes.

Usuários: Pessoas com deficiência e idosos (as) com dependência, seus cuidadores e familiares.

Atividades Essenciais:

- acolhida e escuta;
- informação, comunicação e defesa de direitos;
- articulação com os serviços de políticas públicas setoriais;
- articulação da rede de serviços Sócioassistenciais;
- articulação interinstitucional com os demais serviços do Sistema de Garantia de Direitos;
- atividades de convívio e de organização da vida cotidiana;
- orientação e encaminhamento para a rede de serviços locais;
- construção de plano individual e/ou familiar de atendimento;
- orientação sócio familiar;
- estudo social e cuidados pessoais;
- desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social;
- acesso à documentação pessoal;
- apoio à família na sua função protetiva;
- mobilização de família extensa ou ampliada;
- mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio;
- mobilização para o exercício da cidadania;
- elaboração de relatórios e/ou prontuários.

Condições e formas de acesso:

Condições: Pessoas com deficiência e idosos (as) com dependência, seus cuidadores e familiares com vivência de violação de direitos que comprometam sua autonomia.

Formas:

Demanda espontânea de membros da família e/ou da comunidade; Busca ativa; Por encaminhamento dos demais serviços Sócioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais; Por encaminhamento dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos.

RECURSOS MATERIAIS:



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

Material de papelaria, material lúdico-pedagógico, recursos áudio visuais, gêneros alimentícios para as atividades semanais e para os passeios e/ou atividades externas, gêneros de higiene pessoal, vale-transporte para as atividades semanais e/ou para os passeios culturais e de lazer.

LOCAL E HORÁRIOS DAS ATIVIDADES:

O local da atividade poderá ser realizado em todo o território do município, podendo ser realizado em dias, horários e locais distintos.

DATA DE INÍCIO DE EXECUÇÃO DO PROJETO:

1º de outubro de 2021.

CARGA HORÁRIA DE ATIVIDADE:

40 (vinte) horas semanais – Sendo que as horas serão divididas entre atividades com o grupo e para atividades extra grupo e/ou planejamentos.

RECURSOS HUMANOS:

01 (um) Educador Social, para suporte da equipe técnica no atendimento dos usuários e realização de atividades planejadas para os diferentes grupos atendidos.

ATRIBUIÇÕES:

- I.Desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos;
- II.Organizar e facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e/ou, na comunidade;
- III.Responsabilizar-se pela merenda dos Serviços, separando, preparando e distribuindo aos participantes;
- IV.Acompanhar e monitorar os usuários na execução das atividades;
- V.Apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e/ou na comunidade;
- VI.Participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;
- VII.Desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;
- VIII.Acompanhar e registrar a assiduidade dos usuários por meio de instrumentais específicos, como listas de frequência, atas, sistemas eletrônicos próprios, etc.
- IX.Garantir a integração das atividades de conteúdos diversificados, lúdicos, de arte, cultura, lazer aos eixos e temas transversais norteadores;
- X.Responsabilizar-se por pegar a merenda no local definido com a coordenação, separando, preparando e distribuindo aos usuários;
- XI.Aplicar atividades específicas (temas transversais) à faixa etária do grupo;
- XII.Acompanhar, presencialmente ou não, os usuários(as), instruindo quanto aos procedimentos necessários na escola, saúde, e ações que envolvam o exercício da cidadania.
- XIII.Realização de visitas domiciliares quando for necessário, para orientação da família quanto a procedimentos de higiene, organização, trato com filhos e/ou idosos.

PONTUAÇÃO POR TÉCNICA E PREÇO

<i>Descrição</i>	<i>Pontuação</i>
Menor Preço	10 pontos
Tempo de Inscrição como MEI	2 pontos p/ cada 6 meses



Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto
Secretaria Municipal da Família, Ação Social, Cidadania e Habitação

Experiência Profissional	3 pontos p/ cada 6 meses
Experiência com público Alvo	1 ponto p/ cada 6 meses
Especialização <i>lato senso</i> ou <i>stricto senso</i>	2 pontos p/ cada especialização (limite de 3 especializações)

CRITÉRIO DE DESEMPATE

- 1º - Experiência com público alvo atendido no CREAS;
2º - Menor Preço;
3º - Maior Idade.

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

- Certificado de conclusão do Ensino Médio;
- Certificado de Micro Empreendedor Individual – CCMEI c/ CNAE 85.92-9 (Ensino de artes e cultura) e 93.29-8 (atividades de recreação e lazer);
- Alvará;
- Certidão Negativa de Débitos e;
- Atestado de experiência em trabalhos de Proteção Social Especial (mínimo de 6 meses).

REFERÊNCIA DE PREÇO

Teto Municipal para Ref. V – R\$1.155,88 mês/40horas semanais.